

PROJETO DE LEI 5.280/2016¹

1. Síntese da Matéria:

O Projeto de Lei nº 5.280, de 2016, cogita alterar a Lei nº 4.595/1964 para nela inserir dois dispositivos. O primeiro no sentido de estabelecer prazo de até 72 (setenta e duas horas) para o reestabelecimento de serviços bancários para a comunidade nos casos em que houver a destruição de agência bancária por ato de vandalismo. O segundo para estabelecer que o não atendimento de referida determinação ensejará a suspensão do funcionamento da respectiva instituição financeira.

Quanto ao Substitutivo adotado pela CDC, verifica-se que pretende alterar a Lei nº 4.595/1964 para nela inserir dispositivos que nortearão o Banco Central do Brasil no exercício da competência de exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas em lei. Tais dispositivos fixam prazos máximos para o restabelecimento do atendimento ao público por parte das instituições financeiras e também determinam que tais entidades, em casos específicos, deverão providenciar canais ou formas de atendimento presencial alternativo aos clientes da localidade. O Substitutivo em comento também cogita sujeitar as instituições financeiras à penalidade de multa, caso não observados os respectivos prazos e determinações.

2. Análise:

O PL 5.280/2016 e o Substitutivo SBT A-1 adotado pela CDC não têm implicação orçamentária e financeira, vez que as disposições por eles propostas são meramente normativas, não provocando impactos nas receitas ou nas despesas públicas.

Assim, não cabe afirmar se tais proposições são adequadas ou não, nos termos do art. 9º da Norma Interna da CFT.

3. Resumo:

O Projeto de Lei nº 5.280/2016 e o Substitutivo SBT A-1 adotado pela CDC não têm qualquer implicação sobre o aumento de despesas e/ou redução de receitas públicas.

Brasília, 18 de dezembro de 2017.

Agricultura, Fazenda e Turismo
Antonio Carlos Costa d'Ávila Carvalho Junior - Consultor

¹ Solicitação de Trabalho 2192/2017 da Secretaria da Comissão de Finanças e Tributação para atender ao disposto no art. 10-A da Norma Interna da CFT.